

Violência doméstica contra a mulher: Investigação do preparo dos acadêmicos de saúde de instituições do Município de Marabá-PA

Domestic violence against women: Investigation of the training of health students from institutions in the Municipality of Marabá-PA

Violencia intrafamiliar contra las mujeres: Investigación de la formación de estudiantes de salud de instituciones del Municipio de Marabá-PA

Recebido: 27/04/2021 | Revisado: 05/05/2021 | Aceito: 11/05/2021 | Publicado: 27/05/2021

Miguel Luciano Rodrigues da Silva Júnior

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4310-5083>

Universidade do Estado do Pará, Brasil

E-mail: migueliukang@outlook.com

Brenda Gabriele Dantas Pinto Vieira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8372-6170>

Universidade do Estado do Pará, Brasil

E-mail: brendagdantas@hotmail.com

Paulo Ricardo Sampaio de Oliveira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9457-4763>

Universidade do Estado do Pará, Brasil

E-mail: paulo.roliveira@aluno.uepa.br

Cilene Aparecida de Souza Melo

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1170-6466>

Universidade do Estado do Pará, Brasil

E-mail: cilene@uepa.br

Resumo

A violência doméstica contra as mulheres no Brasil necessita ser discutida no âmbito da saúde, desde o nível acadêmico. Este artigo teve o objetivo de investigar o preparo dos discentes da saúde, no município de Marabá-Pará, no atendimento de mulheres vítimas de violência doméstica. Tratou-se de um estudo transversal e quantitativo. Os dados foram coletados via questionário aplicado. Os documentos foram elaborados na plataforma de formulários Google e enviados por aplicativo de mensagens. O questionário possuía 22 itens objetivos, avaliando o perfil epidemiológico dos participantes e o conhecimento adquirido sobre a temática. Entre os 49 questionários respondidos, notou-se que os participantes eram, em maioria, do sexo feminino, cursavam o 8º semestre e estavam na faixa etária de 21 anos. Quanto ao preparo acerca do atendimento das vítimas, 69,4% estudaram sobre a temática em alguma disciplina da graduação e esse contato ocorreu, principalmente, em Saúde da Mulher (44%) e em Enfermagem no cuidado à Saúde da Mulher (63,3%). A respeito da aquisição de preparo psicológico para lidar com as vítimas durante a graduação, 63,3% responderam que não adquiriram. Quanto à noção sobre as ações legais em suspeita de violência contra mulher, 71,4% dos alunos responderam que conhecem “algumas, mas não todas”, e apenas 16,3% responderam que sim. De forma geral, muitos estudantes não se sentem aptos para realizar o atendimento das vítimas e apontam como principal proposta de melhoria dessa situação a inclusão da violência contra a mulher no PPC (Projeto Pedagógico do Curso) das graduações da saúde.

Palavras-chave: Violência doméstica; Mulheres; Saúde; Ensino; Capacitação dos estudantes; Acadêmicos.

Abstract

Domestic violence against women in Brazil needs to be discussed in the health field, from the academic level. This article aimed to investigate the preparation of health students, in the municipality of Marabá-Pará, in the care of women victims of domestic violence. This was a cross-sectional and quantitative study. The data were collected via an applied questionnaire. The documents were prepared on the Google forms platform and sent by messaging application. The questionnaire had 22 objective items, assessing the participants' epidemiological profile and the knowledge acquired on the subject. Among the 49 questionnaires answered, it was noted that the participants were mostly female, were in the 8th semester and were in the age group of 21 years. As for the preparation of care for victims, 69.4% studied the theme in some undergraduate discipline and this contact occurred mainly in Women's Health (44%) and in Nursing in Women's Health care (63.3 %). Regarding the acquisition of psychological preparation to deal with victims during graduation, 63.3% answered that they did not acquire it. As for the notion

about legal actions in suspicion of violence against women, 71.4% of the students answered that they know “some, but not all”, and only 16.3% answered that they did. In general, many students do not feel able to provide assistance to victims and point out as the main proposal for improving this situation the inclusion of violence against women in the PPC (Pedagogical Course Project) of health graduations.

Keywords: Domestic violence; Women; Health; Teaching; Training of students; Academics.

Resumen

La violencia doméstica contra la mujer en Brasil debe ser discutida en el campo de la salud, desde el nivel académico. Este artículo tuvo como objetivo investigar la preparación de estudiantes de salud, en el municipio de Marabá-Pará, en la atención a mujeres víctimas de violencia intrafamiliar. Este fue un estudio transversal y cuantitativo. Los datos se recopilaron mediante un cuestionario aplicado. Los documentos se prepararon en la plataforma de formularios de Google y se enviaron mediante la aplicación de mensajería. El cuestionario contó con 22 ítems objetivos, evaluando el perfil epidemiológico de los participantes y los conocimientos adquiridos sobre el tema. Entre los 49 cuestionarios respondidos, se observó que los participantes eran en su mayoría mujeres, cursaban el octavo semestre y estaban en el grupo de edad de 21 años. En cuanto a la preparación de la atención a las víctimas, el 69,4% estudió el tema en alguna disciplina de pregrado y este contacto se dio principalmente en Salud de la Mujer (44%) y en Enfermería en Salud de la Mujer (63,3%). En cuanto a la adquisición de preparación psicológica para atender a las víctimas durante la graduación, el 63,3% respondió que no la adquirió. En cuanto a la noción de acciones judiciales ante la sospecha de violencia contra la mujer, el 71,4% de las estudiantes respondió que conoce “algunas, pero no todas”, y solo el 16,3% respondió que sí. En general, muchos estudiantes no se sienten capaces de brindar asistencia a las víctimas y señalan como la principal propuesta para mejorar esta situación la inclusión de la violencia contra la mujer en el PPC (Proyecto Curso Pedagógico) de las graduaciones de salud.

Palabras clave: Violencia intrafamiliar; Mujer; Salud; Enseñanza; Formación de estudiantes; Académica.

1. Introdução

De acordo com a Organização Mundial da Saúde [OMS] (2002), a violência pode ser definida como “o uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação.”

Dentro desse contexto, existem diferentes tipos de violência, entre eles, a violência doméstica. E, segundo o Instituto Maria da Penha [IMP] (2006), estão previstos cinco tipos de violência doméstica contra a mulher: física, psicológica, moral, sexual e patrimonial. Tais tipos de agressão não ocorrem isoladas umas das outras e têm graves efeitos à mulher. Todas essas constituem violação dos direitos humanos e devem ser combatidas de forma efetiva, de acordo com suas particularidades, uma vez que esse cenário e o número de casos difere com a região observada.

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA] (2019), as regiões Norte e Nordeste foram as que apresentaram crescimento acentuado dos índices de violência nos últimos anos. Os 10 estados com as maiores taxas em 2017 foram: Roraima, Rio Grande do Norte, Acre, Ceará, Pará, Espírito Santo, Rondônia, Amapá, Sergipe e Alagoas. E dentre os casos de violência relevantes, estão os voltados à população feminina; entre os anos de 2007-2017, observou-se uma elevação de 30,7% no número dos homicídios femininos, os quais convergiram para uma média de 13 assassinatos por dia.

Outros dados relevantes do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2018) também confirmam o aumento no número de casos de violência doméstica contra as mulheres. De forma que, em 2017, foram registrados mais de 221 mil casos de agressão/lesão corporal - oriundos desse tipo de violência - nas delegacias do país.

Sendo assim, mediante o significativo aumento do número de mulheres vítimas de violência doméstica, e de acordo com o Caderno de Atenção Básica nº 8 (2002), essas vítimas têm sido pacientes assíduas nos serviços de saúde, sendo caracterizadas, muitas vezes, por queixas vagas e crônicas, o que torna evidente a relevância desse assunto na esfera nacional e a importância da interdisciplinaridade de todos os setores sociais no combate dessa situação, entre eles, o setor da saúde.

Em vista disso, segundo o Ministério da Saúde [MS] (2017), o Sistema Único de Saúde (SUS) tem atuado por meio da

Estratégia de Saúde da Família (ESF), promovendo a prevenção e a diminuição da exposição a fatores de risco, por meio da análise da realidade familiar, com o intuito de reduzir, por exemplo, casos de violência doméstica. Ademais, as Unidades Básicas de Saúde (UBSs) são pontos de referência da ESF e, comumente, são locais que recebem vítimas de violência doméstica, as quais, muitas vezes, são atendidas por profissionais da saúde recém-formados ou ainda estagiários. Sob essa perspectiva, é crucial que estes cidadãos estejam capacitados para lidar com essas vítimas, tendo em mente a complexidade psicossocial dessa problemática.

Assim, é de extrema importância a discussão dessa temática no âmbito da saúde, já que, muitas vezes, o trabalho do médico, como apontou Maria Inez e Donato Rodrigues (2016), por conta do seu aparato técnico, apresenta falhas e fica reduzido a uma questão individual e regional do corpo. Logo, muitas vezes, a conduta prescrita para a mulher que sofreu uma fratura por acidente de automóvel e para a que apresentou uma fratura por espancamento serão as mesmas e os dois corpos, assim tratados, retornarão ao mesmo contexto social inicial.

Nesse viés, essas lacunas e falhas na formação profissional são refletidas, muitas vezes, desde a formação acadêmica, uma vez que, de acordo com as informações da Diretriz Curricular Nacional (2014), o atual Projeto Pedagógico de Curso (PPC) da graduação em Medicina e Enfermagem, apesar de possuir em sua Matriz Curricular pilares estruturais que convergem para a compreensão dos determinantes sociais, comportamentais, psicológicos, éticos e legais, por meio da Saúde Coletiva, da Medicina da Família e da Assistência de Enfermagem, não dispõem ainda de uma disciplina que aborde especificamente a questão da violência contra a mulher.

Assim, sabe-se que os casos de violência doméstica são recorrentes no Brasil e, especificamente, em estados como o Pará, que, de acordo com o Portal de Notícias da Globo [G1] (<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2019/03/08/para-registro-aumento-de-20-nos-casos-de-feminicidio-e-mais-de-19-mil-ocorrencias-de-agressao-contra-a-mulher.ghtml>, 2019), é o 7º estado com mais mulheres vítimas de homicídio, e que o PPC dos cursos de Medicina e de Enfermagem não possuem uma disciplina específica que abranja essa temática, este estudo tem o intuito de compreender se os acadêmicos e, conseqüentemente, futuros profissionais da saúde do município de Marabá-PA - uma das cidades mais populosas do território paraense, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] (2010) - sentem-se capacitados para atender vítimas desse tipo de violência.

Com isso, evidencia-se, segundo D'Oliveira, Schraiber, Hanada e Durand (2009), a relevância das redes intersetoriais na discussão da atenção primária e dos cuidados integrais. Dessa forma, objetivamos instigar nesses futuros profissionais o nível de preparação para lidar com mulheres vítimas de violência doméstica, por meio de uma abordagem panorâmica ambientada nessa problemática, com o intuito de diminuir mazelas sociais.

2. Metodologia

Esse trabalho é um estudo exploratório descritivo, transversal, caracterizando-se como pesquisa aplicada e quantitativa. A respeito do estudo descritivo, de acordo com Kauart, Manhães e Medeiros (2010), tem o objetivo de descrever um fenômeno ou população, ou, ainda, as relações entre as variáveis, por meio de técnicas as quais seguem um padrão para coleta de dados.

A pesquisa se deu no município de Marabá-PA, localizado na região sudeste do Pará, interior da Amazônia Legal. Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), Marabá apresenta população estimada em 275.086 habitantes e área territorial de 15.128,058 km². Neste município, as universidades escolhidas foram a Universidade Estadual do Pará (UEPA) e a Faculdade Carajás. A escolha dessas instituições se deu pelo fato de possuírem cursos da área da saúde, entre eles Medicina e Enfermagem, os quais são alvos de investigação desse trabalho, e em função também de serem umas das

principais instituições fornecedoras de profissionais da saúde na localidade. O presente estudo ocorreu de forma virtual, via plataforma de formulários Google.

Definiu-se como população alvo desse estudo, acadêmicos do curso de Medicina, e acadêmicos do curso de Enfermagem matriculados entre o 6º ao 10º semestre. Pressupõe-se que é a partir do 6º semestre que os discentes têm maior contato com os pacientes nas UBSs locais e nas Unidades de Pronto-Atendimento (UPAs). Dessa forma, foram incluídos no estudo acadêmicos regularmente matriculados entre o sexto ao décimo semestre, maiores de 18 anos. Foram excluídos os questionários não preenchidos, ou preenchidos de forma incompletas e participantes que se recusaram a assinar o termo de consentimento livre e esclarecido. Quanto ao número amostral, foram obtidos 49 questionários respondidos.

As informações de interesse foram coletadas por meio de um questionário aplicado aos estudantes dos cursos citados. A pesquisa respeitou os preceitos éticos da Resolução 466/12, determinada pelo Conselho Nacional de Saúde, com destaque para os referenciais básicos da bioética, entre eles, a autonomia, a não maleficência, a beneficência e a justiça.

O instrumento utilizado para realizar essa pesquisa se deu com 22 perguntas objetivas, as quais abordaram a seguinte problemática: alunos dos cursos da área da saúde e o preparo para o atendimento às vítimas de violência doméstica. Nos questionários aplicados aos acadêmicos, dos 22 itens, 5 questões avaliaram o perfil epidemiológico dos discentes entrevistados: idade, sexo, gênero, estado civil e período letivo. Os 17 itens restantes abordaram o conhecimento adquirido por esses indivíduos durante a graduação para o atendimento das mulheres vítimas de violência.

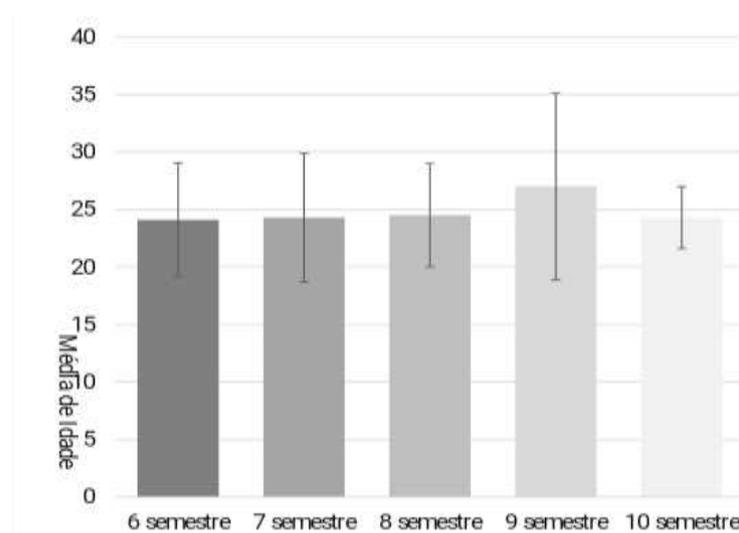
Os dados coletados foram organizados em tabela no aplicativo Microsoft Excel® 2016, com a finalidade de armazená-los de forma ágil e segura e analisados por meio de estatística descritiva. Os resultados foram apresentados em forma de gráficos e tabelas para que possibilite uma melhor compreensão e interpretação dos resultados encontrados.

Este estudo foi conduzido de acordo com as Diretrizes de Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (Resolução CNS 466/2012) do Conselho Nacional de Saúde no Brasil e somente iniciou-se a coleta de dados após à aprovação do Comitê de Ética da Universidade do Estado do Pará Campus VIII, em Marabá, como parecer nº 4.291.503 e número de apreciação ética 35998520.7.0000.8607.

3. Resultados

Os resultados obtidos somam um total de 49 questionários respondidos.

Figura 1 – Média da das faixas etárias dos participantes correlacionadas com o semestre.



Fonte: Autores (2021).

Em relação às características sociodemográficas, como demonstrado na FIGURA 1 a estratificação dos dados referentes à faixa etária e aos semestres cursados foram correlacionados. Sendo que, quanto à idade, apresentou-se uma variação considerável, na qual a idade predominante entre os participantes foi de 21 anos (20,4%) e a idade máxima encontrada foi de 46 anos, correspondendo a menos de 1% da amostra. A respeito dos semestres cursados, notou-se que a maior parte dos participantes, 32,7%, pertenciam ao oitavo semestre.

Tabela 1. Perfil sociodemográfico dos participantes (variáveis) e distribuição das frequências absoluta e relativa por variável.

Semestres Variáveis	6°		7°		8°		9°		10°	
	Fa	Fr%	Fa	Fr%	Fa	Fr%	Fa	Fr%	Fa	Fr%
Estado Civil										
Casado	0	0	1	14,28%	3	18,75%	2	25%	0	0
Solteiro	11	100%	6	85,72%	13	81,25%	6	75%	7	100%
Graduação										
Medicina	9	81,81 %	3	42,85%	3	18,75%	3	37,50%	6	85,70 %
Enfermagem	2	16,66 %	4	57,14%	13	81,25%	5	62,50%	1	14,30 %
Gênero										
Feminino	6	50%	4	57,4%	13	81,25%	5	62,50%	5	71,42 %
Masculino	5	45%	3	42,85%	3	18,75%	3	37,50%	2	28,57 %
Lgbt	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fa – Frequência Absoluta, Fr – Frequência Relativa.
Fonte: Autores (2021).

Em relação à Tabela 1, estão expressos os dados referentes ao estado civil, graduação e gênero dos participantes, correlacionados aos semestres. Quanto ao estado civil, grande parte dos alunos estava na categoria “solteiro”, a qual correspondeu a um número 42 participantes, mais de 85% do total de participantes. No que diz respeito ao gênero, foi observado que a maioria dos participantes era do sexo feminino, correspondendo a um total de 63,7%.

Tabela 2. Distribuição das frequências absoluta e relativa por variável relacionadas com o conhecimento e contato dos participantes com a temática.

Variáveis	Fa	Fr%
Estudou sobre a violência		
Sim	34	69,40%
Não	15	30,60%
Considerando a resposta sim, quais disciplinas (medicina)		
Saúde da mulher	8	44,40%
Introdução à psicologia	6	33,30%
Medicina da família	1	5,60%
Humanidades médicas	2	11,10%
Saúde coletiva	1	5,60%
Enfermagem	1	5,60%
Ética médica	1	5,60%
Tutorial	1	5,60%
Considerando a resposta sim, quais disciplinas (enfermagem)		
Enfermagem clínica	0	0,00%
Enfermagem no cuidado à saúde da mulher	14	63,60%
Saúde coletiva	8	36,40%

Abordagem da temática na graduação		
Superficial	34	69,40%
Pertinente	7	14,30%
Não abordada	8	16,00%
Presenciou ou realizou acolhimento		
Sim	8	16,30%
Não	41	83,70%

FA – Frequência Absoluta, FR– Frequência Relativa.
 Fonte: Autores (2021).

A respeito da Tabela 2, do total dos questionários respondidos, mais da metade dos estudantes, 69,4%, alegaram ter estudado sobre a violência doméstica contra a mulher em alguma disciplina da graduação. Sendo que, entre os participantes do curso de Medicina esse contato ocorreu em números mais expressivos na disciplina de Saúde da Mulher (44,4%), e entre os participantes do curso de Enfermagem, esse contato ocorreu em 63,6% dos casos na disciplina de Enfermagem no cuidado à Saúde da Mulher. Quando questionados sobre a abordagem da temática, durante a graduação, 69,4% dos alunos afirmam ser abordado de forma superficial. Ainda no presente estudo, constatou-se que 83,7% dos alunos informaram não ter presenciado ou realizado o acolhimento de alguma mulher vítima violência, e apenas 16,3% afirmaram ter presenciado ou realizado tal atividade.

Tabela 3. Distribuição das frequências absoluta e relativa por variável relacionadas com o conhecimento e contato dos participantes com a temática

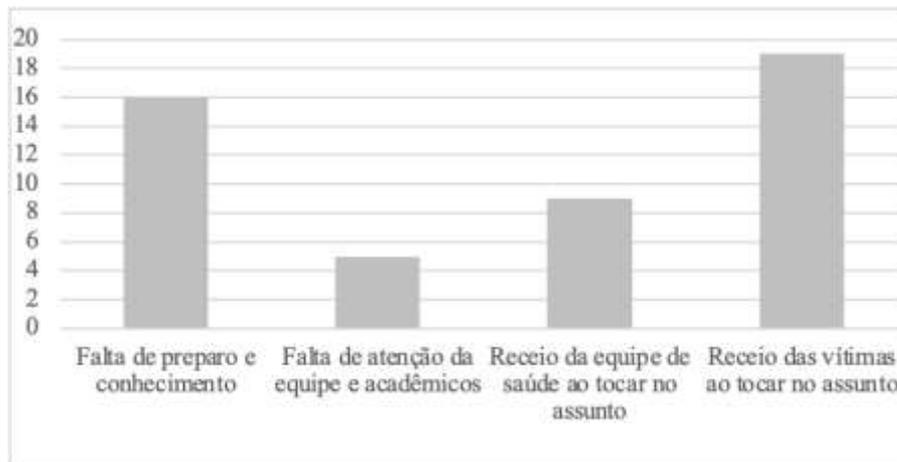
Variáveis	Fa	Fr%
Associação às classes sociais		
Altas	1	2,00%
Médias	2	4,10%
Baixas	16	32,70%
Acredita que a classe não influencia	30	61,20%
Identificação das vítimas		
São identificados	8	16,30%
Passam despercebidos	41	87,00%
Conhecimento necessário para lidar com os casos		
Sim	12	24,50%
Não	37	75,50%
Considerando a resposta afirmativa, sentem-se mais aptos para executar		
Anamnese	11	73,30%
Exame físico	0	0,00%
Assistência psicológica	2	13,30%
Encaminhar para o superior	2	13,30%
Conhecimento do protocolo de ação da APS		
Sim	16	32,70%
Não	33	67,30%
Existência de um protocolo na faculdade		
Sim	0	0
Não	13	26,50%
Não sei	36	73,50%

FA – Frequência Absoluta, FR% - Frequência Relativa, APS- Atenção Primária à Saúde.
 Fonte: Autores (2021).

Referentes aos dados da Tabela 3, quando indagados acerca da influência das classes sociais associados ao tipo de violência abordado na temática, 61,2% dos alunos acreditam que a classe não influencia. No entanto, 32,7% afirmaram que esse tipo de violência está associado a classes baixas. Quanto a identificação das vítimas, 83,7% dos alunos afirmaram que elas

não são identificadas e passam despercebidas. A respeito dos conhecimentos necessários para lidar com esses casos, 75,5% dos alunos responderam que não possuem e 24,5% afirmaram possuir. Entre os que responderam afirmativamente, 73,3% dos alunos alegaram estar mais preparados para realizar anamnese e 13,3% alunos alegaram estar mais preparados para fornecer assistência psicológica, enquanto que 0% dos alunos responderam estar aptos para realizar o exame físico. Quanto ao conhecimento sobre o protocolo de ação da atenção primária à saúde referente ao atendimento dessas vítimas, 67,3% dos alunos responderam não ter conhecimento a respeito. Questionados quanto à existência de um protocolo para lidar com a violência doméstica na faculdade, mais da metade dos alunos, 73,5%, afirmaram não saber responder.

Figura 2: Fatores que dificultam a identificação de casos.



Fonte: Autores (2021).

Como demonstrado na Figura 2, estão expressos os entraves quanto à detecção de um caso de violência doméstica. Dessa forma, foi tido que o maior problema é, para 38,8% dos alunos, o “Receio das vítimas em tocar no assunto” e, para 32,7%, é a “Falta de preparo e conhecimento a respeito dos sinais”.

Tabela 4. Distribuição das frequências absoluta e relativa por variável relacionadas com o conhecimento e proposta de intervenção.

Variáveis	Fa	Fr%
Existência de materiais sobre o tema na faculdade		
Sim	4	8,20%
Não	13	26,50%
Não sei	32	65,30%
Principal sinal de alerta para identificação de vítimas		
Dor crônica	1	2,00%
Ansiedade	12	24,50%
Lesões frequentes	16	32,70%
Depressão	12	24,50%
Todas as afirmativas	31	63,30%
Conhecimento acerca das ações legais em suspeita de violência		
Sim	8	16,30%
Não	6	12,20%
Algumas, mas não todas	35	71,40%
Aquisição de preparo psicológico durante a graduação		
Sim	11	22,40%
Não	31	63,30%
Não sei responder	7	14,3%
Principal proposta de melhoria		
Realizar mais cursos livres de capacitação	16	32,70%
Incluir a temática no PPC	30	61,20%
Divulgação midiática	3	6,10%

FA – Frequência Absoluta, FR – Frequência Relativa.
Fonte: Autores (2021).

Na Tabela 4, quando questionados acerca da existência de materiais para a educação sobre a violência intrafamiliar disponíveis na faculdade, 65,3% alunos afirmaram não saber responder e apenas 8,2% alunos responderam que sim. Quanto ao principal sinal de alerta que uma mulher pode ter sido abusada pelo parceiro, notaram-se as seguintes respostas: 32,7% dos alunos responderam que são as lesões frequentes, 24,5% responderam que é a ansiedade, 24,5% afirmaram que é a depressão, e a maioria dos alunos, 63,3%, responderam que são “todas as afirmativas”. Em relação à noção acerca da lei e das ações legais quando ocorre uma suspeita de violência contra mulher, 71,4% dos alunos responderam que “algumas, mas não todas”, e apenas 16,3% responderam que sim. A respeito da aquisição, ou não aquisição, de preparo psicológico para lidar com vítimas desses casos durante a graduação 63,3% dos alunos responderam que não adquiriram. E como proposta de melhoria para otimizar o preparo dos acadêmicos da área da saúde no acolhimento de vítimas de violência doméstica 61,2% dos alunos propuseram como solução a Inclusão da Temática do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), enquanto que 31,7% dos alunos propuseram a Realização de mais cursos livres de capacitação.

4. Discussão

O debate acerca do preparo dos acadêmicos de saúde no âmbito do acolhimento de mulheres vítimas de violência doméstica torna-se de grande relevância, devido ao impacto que essa problemática pode gerar na esfera social, em particular, na escala da saúde pública. Posto que tal adversidade não afeta somente a pessoa, mas sim a sociedade em geral.

O perfil epidemiológico dos discentes analisados mostrou, em relação ao estado civil e gênero, que mais da metade dos participantes eram solteiros e do sexo feminino. Esses resultados comprovam a tendência de parte da população brasileira em se casar cada vez mais tarde. Somado a isso nota-se, também, possível influência do maior ingresso das mulheres no mercado de trabalho e na área da saúde. Nesse sentido, foram encontradas convergências em outras pesquisas em relação a esses dados. De acordo com uma pesquisa realizada por Nardelli *et al.* (2012), no âmbito da saúde, a maioria dos discentes também eram solteiros e do sexo feminino.

No que se refere a faixa etária, a idade predominante entre os participantes foi de 21 anos. Dessa forma, evidenciou-se o fenômeno da diminuição da média da idade dos futuros profissionais da saúde quanto ao ingresso no mercado de trabalho. Sob essa perspectiva, também de acordo com Nardelli *et al.* (2012), esses dados são congruentes, visto que a média nacional dos estudantes nos cursos da área da saúde oscila entre 18 e 24 anos.

Correlacionando esse perfil epidemiológico com a temática da violência doméstica contra a mulher, os discentes que tem maior contato com essas vítimas são, em sua maioria, adultos jovens, solteiros, mulheres e estão na categoria de formandos ou alunos na reta final do percurso acadêmico. Nesse cenário, é importante que esses acadêmicos apresentem considerável conhecimento a respeito dessa temática, assim como maior sensibilidade para lidar com as vítimas.

De acordo com dados dessa pesquisa, observou-se que a maioria dos participantes responderam que não possuem conhecimento necessária para lidar com esses casos. Em relação aos poucos que alegaram ter conhecimento, notou-se que a maioria estava apta apenas para realizar anamnese, estando despreparados para fornecer, por exemplo, assistência psicológica, fator que é crucial para uma relação equilibrada e horizontal nessas situações, nas quais o paciente deve ser visto de maneira holística. Tal fenômeno vai contra os preceitos da Política Nacional de Humanização (2013), a qual defende a abordagem humanizada e integralizada dos pacientes.

No que tange às disciplinas em que os discentes afirmaram terem tido maior contato com a temática, verificou-se que, menos da metade dos alunos de medicina declararam ter discutido ou estudado sobre a questão da violência contra a mulher no

módulo Saúde da Mulher. Referente aos graduandos em Enfermagem, mais da metade responderam que tal contato ocorreu no eixo temático de Enfermagem no Cuidado à Saúde da Mulher.

Diante disso, percebe-se que essa problemática é abordada de forma significativa somente nos módulos voltados diretamente à mulher, uma vez que, no restante dos eixos pesquisados, em sua maioria, esse contato foi muito limitado. Essa tendência é comprovada em outras literaturas, uma vez que, segundo Simões *et al.* (2019), essa temática, muitas vezes, realmente fica restrita a poucas disciplinas ou é abordada de forma superficial na grade curricular dos cursos da saúde. Em virtude, principalmente, da não obrigatoriedade da inserção dessa temática no PPC (Projeto Pedagógico de Curso) dos cursos de saúde. Em vista disso, sabe-se que essa realidade precisa ser modificada, bem como foi comprovado nesse estudo, posto que mais de 61% dos participantes apontaram como principal proposta de melhoria a inclusão da questão da violência contra a mulher no PPC.

No que se refere à presença dos estudantes no acolhimento dessas vítimas nos últimos 6 meses, a maioria dos participantes alegaram não terem assistido esse tipo de atendimento. Em virtude disso, ainda nesse estudo, quando questionados sobre a identificação das vítimas, muitos dos graduandos responderam, que estas passam despercebidas, não sendo identificadas em grande parte dos casos. Esse cenário ilustra uma possível correlação entre esses dados, posto que o reduzido número de acolhimentos registrados dessas vítimas, muitas vezes, pode estar associado com a não identificação da violência doméstica no âmbito da saúde pública.

Tal como constatado no presente estudo, no qual alguns dos discentes apontaram a falta de preparo e de reconhecimento de sinais como um entrave na detecção de possíveis casos de violência doméstica. Assim como, mais de 38% alegaram que esse cenário é decorrente do receio da vítima em tocar no assunto. Esses fatores corroboram com o atual método de prática clínica predominante entre os profissionais de saúde, o qual, de acordo com Silva, Padoin, Viana (2014), prioriza o reconhecimento de lesões ou distúrbios orgânicos, em detrimento de fatores sociais e culturais.

A respeito do conhecimento dos discentes no que tange às leis e ações legais diante de uma suspeita de violência contra mulher, o presente estudo mostrou que, a maioria dos participantes alegou ter ciência de algumas dessas ações, porém não todas. E apenas, 16%, aproximadamente, afirmam possuir tal domínio. Esse fenômeno demonstra que muitos dos acadêmicos da área da saúde não estão totalmente aptos para executarem uma conduta satisfatória frente a essas vítimas, cenário que se perpetua, muitas vezes, durante a vida profissional. Tais dados também são ratificados em outras pesquisas, como citado por Vicente e Vieira (2008), em seu estudo, no qual os participantes, quando indagados a respeito do conhecimento legal do manejo dos casos de vítimas de violência doméstica, em sua maioria detém informações insuficientes sobre como prosseguir diante dessas situações.

5. Considerações Finais

Em conclusão, esta pesquisa mostrou que grande parte dos discentes estavam incluídos na faixa etária de 21 anos e eram, predominantemente, do sexo feminino. A respeito da graduação, notou-se aproximação considerável entre o número de acadêmicos de enfermagem e de medicina, sendo a maioria pertencentes ao oitavo semestre. Muitos desses participantes tiveram contato com a temática, principalmente, nas disciplinas de Saúde da Mulher e de Enfermagem no Cuidado à Saúde da Mulher. E, em geral, notou-se, também, que um número significativo dos graduandos possuíam conhecimento restrito acerca das ações legais que amparam as mulheres vítimas de violência doméstica. Em suma, verificou-se que a maioria dos discentes não se sentem preparados durante a graduação para o atendimento da mulher que sofreu violência. Dessa forma, para contornar tal realidade desfavorável à formação profissional, torna-se importante mudanças no Projeto Pedagógico de Curso (PPC), assim como discussões pertinentes a respeito da abordagem da mulher violentada no âmbito da saúde.

Além disso, é necessária a realização de mais estudos a respeito dessa temática, visto que essa pesquisa teve uma

determinada limitação, em detrimento do vigente cenário de pandemia, o qual reduziu a amostra final de questionários respondidos. Assim, para as próximas pesquisas voltada a essa mesma problemática sugerimos uma população amostral maior. Ademais, também seria de grande relevância fazer questionamentos discursivos juntos aos objetivos, tendo em vista que algumas perguntas possuem resposta muito individualizada.

Referências

- Anderson, M. I. P., & Rodrigues, R. D. (2016). O paradigma da complexidade e os conceitos da Medicina Integral: saúde, adoecimento e integralidade. *Departamento de Medicina Integral, Familiar e Comunitária*. Faculdade de Ciências Médicas. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Brasil.
- Anuário Brasileiro de Segurança Pública. (2018). Fórum Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo.
- BRASIL. Resolução 196/96. Diretrizes e Normas de Pesquisa em Seres Humanos. <https://www.ufrgs.br/bioetica/res19696.htm>.
- d'Oliveira, Ana Flávia Pires Lucas, Schraiber, Lilia Blima, Hanada, Heloisa, & Durand, Julia. (2009). Atenção integral à saúde de mulheres em situação de violência de gênero: uma alternativa para a atenção primária em saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14(4), 1037-1050. <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232009000400011>
- Portal G1 Globo. (2019). Pará registra aumento de 20% nos casos de feminicídio e mais de 19 mil ocorrências de agressão contra a mulher. <<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2019/03/08/para-registra-aumento-de-20-nos-casos-de-feminicidio-e-mais-de-19-mil-ocorrencias-de-agressao-contra-a-mulher.html>>.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010). Censo Demográfico do Brasil de. (12º Recenseamento Geral do Brasil).
- IMP - Instituto Marinha da Penha. (2018). Tipos de Violência. <<https://www.institutomariadapenha.org.br/lei-11340/tipos-de-violencia.html>>.
- IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada. (2017). Atlas da Violência: Brasil registra mais de 65 mil homicídios em 2017. https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34786&Itemid=8. Acesso em: 26 jun. 2020.
- Kauart, F., Manhães, F. C., Medeiros, C. H.(2010). Metodologia da pesquisa: *Um guia prático*. ed. Via Litterarum, 2010.Itabuna\2010.88p.
- Ministério da Educação. (2014). Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem. <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/Enf.pdf>>.
- Ministério da Educação. (2014). Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina. <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/Med.pdf>>. Acesso em: 22 de jun. de 2020.
- Ministério da Saúde. (2017). Estratégia de Saúde da Família (ESF). <<https://www.saude.gov.br/acoes-e-programas/saude-da-familia/sobre-o-programa>>.
- Ministério da Saúde. (2002). Cadernos de Atenção Básica nº 8. Violência intrafamiliar: orientações para a prática em serviço. Brasília. <http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/violencia_intrafamiliar_cab8.pdf>.
- Ministério da Saúde. 2013. Política Nacional de Humanização. <https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_humanizacao_pnh_folheto.pdf>. Acesso em: 03 de mar. de 2021
- Nardelli, G. N., Gaudence, E. M., Garcia, B. B., Carleto, C. T., Gontijo, L. M. & Pedrosa, L. A. K. (2013). Perfil dos alunos ingressantes dos cursos da área da saúde de uma universidade federal. *Rev. enferm. atenção saúde*. Minas Gerais, v. 2, n. 01, abril, 2013. <<http://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/enfer/article/view/405>>.
- OMS - Organização Mundial da Saúde. (2002). Relatório Mundial sobre Violência e Saúde. relatório científico. Genebra.
- Pedrosa, Claudia Mara & Spink, Mary Jane Paris. (2011). A violência contra mulher no cotidiano dos serviços de saúde: desafios para a formação médica. *Saúde e Sociedade*, 20 (1), 124-135. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902011000100015>
- Silva, E. B., Padoim, S. M. M. & Vianna, L. A. C., (2015). Violência contra a mulher e a prática assistencial na percepção dos profissionais da saúde. *Texto contexto - enferm.*, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 229-237, Mar. 2015. <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072015000100229&lng=en&nrm=iso>. <https://doi.org/10.1590/0104-07072015003350013>.
- Simões, A. V., Machado, J. C., Soares, I. G. B., Rodrigues, V. P., Pires, V. M. M. M. & Pena, L. H. G. (2019). Identificação e conduta da violência doméstica contra a mulher sob a ótica dos estudantes universitários. *Enfermaria Atual de Costa Rica, San José*, n. 37, p. 95-109, Dez, 2019. <http://www.scielo.sa.cr/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1409-45682019000200095&lng=en&nrm=iso>. <http://dx.doi.org/10.15517/revenf.v0ino.37.35967>
- Vicente, Luciana de Moraes, & Vieira, Elisabeth Meloni. (2009). O conhecimento sobre a violência de gênero entre estudantes de Medicina e médicos residentes. *Revista Brasileira de Educação Médica*, 33(1), 63-71. <https://doi.org/10.1590/S0100-55022009000100009>